

Domingo, 26 de março de 2023

Um grito em defesa do SUS

Existe uma famosa pintura produzida por Edvard Munch, em 1893, chamada de O Grito. Munch foi um pintor norueguês muito celebrado entre os modernistas, sendo um dos artistas mais importantes do movimento. A pintura de Munch representa uma figura andrógina que aparenta viver uma profunda angústia e também desespero. Com as mãos levadas ao rosto e boca aberta, como se de fato estivesse gritando, o quadro busca expressar esse sentimento, que, segundo os pesquisadores, o pintor vivenciava.

Talvez a representação de um grito de desespero seja a mais próxima de explicar a dor que a falta de esperança pode trazer. No site oficial do movimento “O grito dos excluídos”, existe um trecho que define bem o que esse sentimento representa para esse projeto: “Mais do que uma articulação, o Grito é um processo, é uma manifestação popular carregada de simbolismo, que integra pessoas, grupos, entidades, igrejas e movimentos sociais comprometidos com as causas dos excluídos. Ele brota do chão, é ecumênico e vivido na prática das lutas populares por direitos.” está escrito na seção que conta a história da manifestação.

No próximo dia 05 de Abril, com o lema: “Garantir direitos, defender o SUS, a vida e a democracia”, vai ocorrer o ato unificado do Dia Mundial da Saúde em parceria com o movimento “O grito dos excluídos”. Pela implantação do piso salarial nacional da enfermagem. Aqui no Recife, o ato vai ter concentração às 14h em frente ao Hospital da Restauração. A luta pelo piso vem sendo travada já há mais de um ano. E é importante relembrar a trajetória até aqui.

Em 17 de julho de 2022 o Projeto de Lei do piso salarial para enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras apresentado pelo senador Fabiano Contarato (PT-ES) foi aprovado pelo Congresso Nacional. Em agosto daquele ano, o PL foi sancionado e se tornou a Lei 14.434/2022, que estabeleceu o salário base de R\$ 4.750 para enfermeiros, R\$ 3.325 para técnicos de enfermagem e R\$ 2.375 para auxiliares de enfermagem e parteiras.

Porém, em setembro do mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou que o piso não fosse pago até que se definissem fontes de recursos financeiros. A situação se deu por conta da liminar apresentada inicialmente pela Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNSaúde), que defende que suas entidades filiadas não possuem condições de pagar o piso nacional da enfermagem.

A pauta do piso da enfermagem foi rechaçada pelo governo Bolsonaro que, ao longo dos últimos anos, se articulou contra a medida. Depois, acabou sancionando a nova legislação por conta da pressão popular. Com a manutenção da decisão do STF de suspender os novos salários, concedida a pedido da Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNS), o piso nunca entrou em vigor. O piso tem sido atacado por interlocutores do segmento privado, que alegam falta de condições fiscais para administrar as novas despesas.

O diálogo avança no sentido de buscar a edição e a aprovação de uma medida provisória que venha a sanar o problema que gerou o impasse em torno do custeio. “Foi marcada para o dia 11 de abril uma nova reunião para falar dos ajustes na edição da MP. Então, até lá a gente vai seguir pressionando o governo e vai estar também nas ruas e nas redes sociais cobrando que essa MP de fato seja assinada”, acrescenta o dirigente da FNE, Jorge Henrique.

O governo Lula tem mantido conversas com o ministro Luís Roberto Barroso, relator do caso do piso no STF, a respeito da queda da liminar para que os novos salários passem a valer. O retorno da vigência da lei segue sem data para ocorrer, mas, nos bastidores de Brasília, a expectativa é de que até maio o impasse possa ser solucionado. O Sindsprev-PE permanece no apoio à luta da categoria pois acredita que todos os trabalhadores e servidores precisam estar unidos nessa batalha.